

MUSEU E EDUCAÇÃO: CONCEITOS E MÉTODOS

MAE/USP – São Paulo – 20 a 24 de agosto de 2001

Conforme noticiado, realizou-se, com o sucesso já esperado, o Simpósio Internacional “Museu e Educação: Conceitos e Métodos”, no Museu de Arte Moderna, Parque Ibirapuera, São Paulo, promovido pelo Curso de Especialização em Museologia, do MAE – Museu de Arqueologia e Etnologia, da Universidade de São Paulo, com apoio da FAPOP, MAM, The British Council e VITAE Apoio à Educação, Cultura e Promoção Social.

Magistralmente aberto com a aula-conferência da Prof^a Dr^a Maria Célia T. Moura Santos, da UFBA Universidade Federal da Bahia, no dia 20 de agosto, o simpósio marcou definitivamente a posição do Curso de Especialização em Museologia que formava nessa mesma data sua 1^a turma.

Entre os convidados internacionais, Jocelyn Dodd, da University of Leicester (Inglaterra), Jorge Wagensberg, do Museu de la Ciència (Barcelona, Espanha) e Maria da Graça da Silveira Filipe, do Ecomuseu do Seixal (Portugal), que esteve em Santa Cruz durante o II Encontro Internacional de Ecomuseus/IX ICOFOM LAM, em 2000, no Atelier “Museu e Participação Comunitária”.

As palavras-chaves que resumiram as conferências foram exclusão / inclusão (Jocelyn Dodd), conversação / diálogo entre as coleções e os visitantes (Jorge Wagensberg), patrimonialização / apropriação (Graça Filipe), educação patrimonial (Maria de Lourdes Parreiras Horta/ Denise Grinspun), arte-educação (Carlos Barmak, Vera Barros, Marisa Szpigel) motivaram debates do mais alto nível.

Além das conferências e debates, as tardes eram reservadas para a apresentação de estudos de caso: Grupo de Trabalho 1- Ação educativa e a criação artística em museus (no MAM); Grupo de Trabalho 2, a “Divulgação científica em museus” (Instituto Biológico/ Cinemateca) e Grupo de Trabalho 3, Museus e processos sócio-culturais (no Museu Lasar Segall).

Entre esses últimos, foram muitas as trocas com experiências do mais diverso interesse como o projeto ECIRS – Arca de Noé – de Caxias do Sul, apresentado por Cleodes Piazza Ribeiro, tratando do desenraizamento e assentamento de uma comunidade em novo território, salvaguardando a memória coletiva, antes que as águas inundassem Itá; o Projeto Fernando de Noronha, PE, em que Miriam Gazzeta trouxe a problemática da transitoriedade da população da Ilha e o projeto de salvaguarda do acervo arqueológico; o caso do Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro, do Rio de Janeiro, apresentando a apropriação do território pela comunidade e a gestão patrimonial resumido no texto “Por uma pedagogia patrimonial de libertação e inclusão”, por Odalice M. Priosti.; o caso do SIM – Sistema Integrado de Museus – da Secretaria de Cultura do Estado do Pará. Apresentado por Rosângela Brito e Janice Lima, mostrou o sistema de rede de 5 museus como saída para o isolamento do trabalho dos museus, com projetos de recursos já realizados de capacitação continuada de agentes em espaços culturais com jovens carentes de Belém; o caso do Museu Histórico de Londrina (Paraná) onde Conceição Geraldo mostrou o papel da Sociedade de Amigos do Museu numa iniciativa da Universidade Estadual de Londrina, das parcerias com a VITAE e usando a Lei de Incentivo à Cultura no treinamento de funcionários, na recuperação do prédio, com apoio das famílias que adotaram cada sala de exposição, promovendo a revitalização de uma antiga estação ferroviária como museu, o caso do Museu Nacional do Folclore Edison Carneiro, cuja relatora Cláudia Márcia Ferreira apresentou o projeto de exposições itinerantes sobre o Boi Bumbá de Parintins e outro que integrava uma comunidade indígena de Minas Gerais num projeto de revitalização da fabricação de cerâmicas. Finalizando, o Caso do MAE/USP onde foram apresentadas publicação de guias temáticos para professores sobre a exposição Formas de Humanidade, com apoio da VITAE (Camilo de M. Vasconcelos) e o projeto Patrimônio Cultural e Memória : a 3^a

idade no MAE, por Judith Elazari, que trabalhou com a inserção de idosos na vida do museu.

A conferência da Dra. Maria de Lourdes P. Horta encerrou com chave- de -ouro o simpósio, suscitando o debate de questões atualíssimas a partir do tema A Educação Patrimonial : um processo em andamento e apresentando a trajetória dessa abordagem nos museus, onde ratifica que “o Patrimônio é o mais poderoso instrumento(ou veículo, se quisermos enfatizar o caráter da comunicação museológica) para a ativação e o reforço da Memória Coletiva, através do processo educacional, permanente ou formal”.

Maria de Lourdes trabalhou também com os conceitos de universal e local, propondo “a reconstrução de muros de resistência ao processo de desintegração social e cultural a que assistimos... Construir as muralhas que determinam o perfil e a configuração de uma cultura local, para a localização precisa de seu território(e a idéia do ecomuseu também se enquadra nestes limites), a referência de base de seus habitantes, garantindo que ainda, do alto desses muros se possa avistar o universal, em cujo panorama todos estamos inseridos... muralhas flexíveis e penetráveis, que permitam a inserção dos que, por um acaso do destino, estejam fora delas...”

Só essas lições já teriam valido reunir tantos museólogos, educadores, arte-educadores, profissionais de museus para repensar a função social do museu aliado ao processo educacional, concluindo- se pela inclusão social como um de seus principais serviços. Um encontro dessa natureza tem o timbre da partilha com especial oportunidade de se conhecer um pouco do muito que se faz pelo mundo em matéria da integração Museu e Educação, principalmente dando voz aos protagonistas das experiências.

De parabéns estão a Museologia e os organizadores do Simpósio, profissionalmente conduzido pela Prof. Dra Cristina Bruno e Marcelo Araújo, MAE/USP- Curso de Especialização em Museologia.

Odalice M. Priosti
NOPH/ Ecomuseu do Quarteirão
Fonte : Jornal Quarteirão set/out. 2001

POR UMA PEDAGOGIA PATRIMONIAL DE LIBERTAÇÃO E INCLUSÃO

Odalice Miranda Priosti * - Rio de Janeiro -BRASIL

*NOPH - Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica
Ecomuseu de Santa Cruz - Rio de Janeiro
Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro*

Ecomuseus, museus comunitários e identidade cultural: uma recíproca construção

A abordagem escolhida, desta vez, para percorrer os meandros da ação ecomuseológica da comunidade de Santa Cruz se justifica por estar a experiência do ecomuseu sob o foco dos olhares atentos da museologia nacional e internacional, que acompanharam com interesse o desenrolar da crise em que se encontraram seus atores, dinamizadores e parceiros, no refluxo de uma intervenção do poder público, promovendo mudanças no núcleo administrativo, sem qualquer consulta aos implicados no processo.

Faz - se necessário, para uma análise isenta dos últimos acontecimentos, retroceder no tempo, para repassar cada etapa da construção desse ecomuseu, vivida no calor das relações humanas e gestada coletivamente nas parcerias formalizadas em cada fase do processo. O projeto do ecomuseu tanto mais sólido se tornou quanto mais lento e difícil na sua concepção, na trama tecida nas discussões onde se buscavam convergências e se aparavam os desencontros, ao longo dos 17 anos de atividades sócio - culturais.

Desde a sua fundação, em 1983, o NOPH - Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica foi o núcleo original da ação ecomuseológica, nascido da necessidade e da vontade de grupos ativos e dispostos a manter acesa a chama identitária na crise dos anos 60 em Santa Cruz, com a implantação de um Distrito Industrial na Zona Rural do Estado da Guanabara, hoje Município do Rio de Janeiro. Esse fato viria a provocar uma acelerada desfiguração na sua tradicional vocação agrícola e uma descaracterização no perfil da sociedade local que se refletiu no território que a abriga. O NOPH despertou a comunidade para a importância de conhecer e valorizar a história e os marcos identitários locais. Inúmeros projetos e atividades pregaram com o exemplo de membros dessa comunidade uma pedagogia de sustentabilidade, onde a parceria com a escola aproximou gerações adultas das mais jovens, ensinou - lhes o amor pelo território e pela cultura que nele é construída, preparou a comunidade do futuro.

Sem o saber, a comunidade de Santa Cruz, na sua reação ao impacto da mudança, criava naquele distante bairro da cidade do Rio de Janeiro, caminhos novos para um processo de preservação da identidade cultural. Reinventava uma museologia diferente, fora dos padrões habituais e descobria a ecomuseologia como forma de resistência e inclusão, uma museologia viva, construída nas lutas contra o abandono, o esquecimento e a velada exclusão. Todos sabiam ou, pelo menos, desconfiavam de que, apoiando - se no patrimônio espalhado nesse território, marcos importantes de sua história, a comunidade teria ali fatores de coesão, de integração, de sobrevivência como grupo com características distintas marcantes que serviram de fio na costura social que deveria ser concretizada.

Portanto, a história da construção do Ecomuseu de Santa Cruz confunde - se com a própria história do NOPH e com a história da resistência e do desenvolvimento de uma nova identidade cultural, além de inserir essa comunidade no contexto da cultura do Rio de Janeiro.

Somente a partir da consciência disso, seus atores sociais e dinamizadores puderam ainda mais criar e desenvolver projetos, envolvendo significativas parcelas da sociedade local.

Essa ação museológica, fundamentada em princípios que a aproximavam cada vez mais da ecomuseologia, colocou a comunidade numa esfera mais ampla de relações e trocas, saindo do seu núcleo duro de resistência para desenvolver-se além dos limites do bairro, da cidade, sob olhares atentos de observadores e experts que aprendiam também com a experiência santacruzense.

A base teórica sobre a qual se assenta o ecomuseu de Santa Cruz encontra seus liames na Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, no conceito de museu integral com o qual só mais tarde a comunidade se identificou e ratificou a construção do seu museu comunitário. Nascido, portanto, de suas necessidades culturais, esse ecomuseu ou museu comunitário não é um prédio ou uma coleção que extasiam um público, mas uma ação integradora pela qual um território se amalgama ao patrimônio, tendo como agente uma comunidade e a partir da qual se dá o desenvolvimento local e comunitário.

Expresso na natureza modificada pela necessidade humana, no simbólico dos monumentos marcando a história, nos fazeres repassados entre as gerações, na cultura viva construída e interpretada com o olhar vigilante de quem se sabe em risco de asfíxia na avalanche da massificação globalizada, o patrimônio fez-se ponte, ligando a Santa Cruz dos autóctones e a Santa Cruz renovada, reconstruída, evoluída com os aportes dos novos moradores e empobrecida pelas dificuldades crescentes.

O patrimônio, espalhado nas mais diversas áreas do território fez-se ruga cultural dessa sociedade. Que o Tempo é o artista obrando sua arte, inscrevendo um jeito próprio de ser nessa comunidade, já ninguém duvida na terra de Santa Cruz. Não fosse a fusão de tantas culturas que nesse sítio histórico se confrontaram e se justapuseram ou se assimilaram, mesclando valores de uma e de outra cultura, a sociedade santacruzense, como um microcosmo do Brasil, se formou sobre essa tríplice base cultural, abrindo-se às trocas quando para lá vieram juntar-se aos índios nativos, ao branco colonizador e negros da Fazenda de Santa Cruz, imigrantes de diversas nacionalidades, compondo definitivamente os traços de uma sociedade, cuja distinção primordial é a sua diversidade.

O Tempo fez dessa comunidade um artista ímpar, capaz de ver nas linhas lavradas em sua face preciosidades a ler e preservar, acompanhando-as nas suas mutações cotidianas. Construído na trajetória do seu tempo histórico, esse sujeito coletivo que aí se formou tem suas explicações no encontro conflituoso ou pacífico entre os nativos tupi-guarani e os jesuítas administradores da Fazenda, mas também no silêncio sofrido e consentido dos negros oprimidos nas senzalas.

Essas marcas entranhadas na cultura que ora se revela, no final deste milênio, não mais numa Fazenda que perdeu seu *status* e encolheu seu perímetro, mas no bairro que se formou a sua volta, não são senão rugas que compõem no rosto da comunidade não as marcas do tempo, mas simplesmente sua própria expressão. Cada sulco dessa face, cada linha conta uma história de perdas, de desencantos, de exclusões, de poderes de uns sobre outros, e nos falam também de tradições, de costumes próprios, de um jeito específico de viver e sentir.

São essas rugas culturais que tornam o rosto dessa comunidade um rosto fortemente expressivo. Nele está gravada a luta dessa comunidade para preservar o que de melhor ficou de um passado distante: sua diversidade cultural. Não com o sentido de deter o Tempo, pois este, com o impreciso de seu traço, vai esculpindo novas linhas, tanto na cultura visível quanto na espiritual, desenhando um patrimônio tangível e outro intangível, sempre com a convicção consciente de que nessas linhas, que não devem ser apagadas ou escondidas, está a revelação do segredo de sua própria sobrevivência como grupo cultural atuante.

Rugas culturais: espelho da identidade cultural

A comunidade de Santa Cruz aprendeu a preservar esse mínimo indispensável que a distingue como grupo no furor da mundialização da cultura. Entendeu que essas marcas distintivas são justamente instrumentos que pode usar para manter-se como grupo. São suas rugas culturais expressando sua feição identitária, apresentando o íntimo desse sujeito coletivo que quer e luta para preservar as marcas do que se foi, ainda que para isso precise superar conflitos.

São rugas culturais os seus monumentos históricos, suas festas e procissões, seus costumes realimentados no cotidiano, seus "causos", seu jeito de traduzir tudo isso na brincadeira dos clóvis no carnaval, na vitalidade da sua Escola de Samba, nos trilhos de ferro das vizinhanças de uma estação onde o trem não chega mais, no balançar das palmeiras imperiais sob a regência do vento, no pio característico e inconfundível do irerê, às margens dos rios, nos manguezais da região, no esforço coletivo dos pescadores da Baía de Sepetiba, vencendo o assoreamento e a lama na tentativa de levar o barco ao mar em busca do alimento da família.

É ruga cultural o movimento da comunidade pela preservação do nome histórico de Santa Cruz em décadas passadas, pela restauração da Ponte dos Jesuítas, pela recuperação e ocupação do Centro Cultural de Santa Cruz, pela continuidade das hoje tão escassas festas juninas. É marca cultural a mobilização da comunidade de Santa Cruz definida mais claramente pela ação do NOPH em seus projetos de amplo espectro sócio - cultural.

Metodologia: o patrimônio como linguagem de integração e instrumento de inclusão

Aprender a preservar mantendo-se aberta às transformações e trocas e sobretudo valorizando essas rugas culturais tem sido o processo de afirmação identitária e auto confiança dessa comunidade. Nesse fio, a escola é a grande parceira participando dos projetos que associam a educação à cultura, visando a sustentabilidade da cultura viva da comunidade e o desenvolvimento local.

Na criação de laços identitários, integrando os estudantes ao seu patrimônio local, formam-se as condições para uma comunidade do futuro mais cidadã, inserida na sua realidade, aberta para a criação e valorizando-se como partícipe do desenvolvimento sustentável: uma pedagogia que integra o pensar global e potencializa o agir local.

Os perigos colaterais de uma massificação cultural que funde todas as culturas, tornando-as amorfas e fazendo prevalecer sempre a das superpotências, são minimizados quando educação e cultura se dão as mãos na tarefa de preservar aquilo que uma comunidade escolhe para durar e entregar como herança às gerações vindouras, húmus essencial e distintivo para a coesão e revitalização do grupo.

Durante o II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM, encontro saído nas discussões das X Jornadas sobre a Função Social do Museu, em Póvoa de Lanhoso, Portugal, em 1997, sobre Ecomuseologia como forma de desenvolvido integrado, e depois acrescido da adesão do ICOFOM LAM em Melbourne, Austrália, 1998, XVIII Conferência Geral do ICOM, a comunidade de Santa Cruz se viu às voltas com um problema de ordem política a ameaçar seu ecomuseu.

Compreendido e utilizado como instrumento de sua própria expressão e vontade, o ecomuseu passava a representar um risco político dessa comunidade e, como tal, revelando-se também, um instrumento de diálogo e de inclusão, contrariando o *status quo*.

Como um museu ação, suas iniciativas partem quase sempre das lideranças: atores sociais, dinamizadores e parceiros dão conta do movimento ecomuseológico, abrangendo parcelas significativas da sociedade local. Sua posição sustenta com sucesso projetos de ampla envergadura, aproximando os segmentos periféricos, através da escola, associações de bairros, instituições civis, religiosas, militares, entre outros; assim foram realizadas ações que visavam a preservação processual da cultura viva local, além da sua divulgação nos meios ainda não envolvidos e a penetração nas áreas mais afastadas. Formava-se uma rede de trocas, cooperação e desenvolvimento, onde o patrimônio é o fio condutor.

Essas iniciativas, porque de origem comunitária, revelam uma certa desenvoltura e autonomia, reconhecendo no poder público um de seus parceiros mais importantes, quando este assegura condições de desenvolver os projetos. Dessa autonomia para priorizar o que de fato era necessidade cultural nasceu um conflito ante o que era o poder público, cuja representação não via com bons olhos a liberdade da ação comunitária.

Por sua vez, cumprindo-se o que estabelecia a Lei Municipal nº 2.354 que oficializou o Ecomuseu da comunidade na estrutura da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, o Ecomuseu tornou-se inevitavelmente uma Museologia de libertação, levando a comunidade a transformar em ações concretas suas potencialidades represadas.

O II EIE/IX ICOFOM LAM provou a competência do Ecomuseu e de sua comunidade para projetos mais arrojados. Reuniram-se em Santa Cruz em maio de 2000 cerca de 17 países de quatro continentes e 15 estados brasileiros onde museólogos, educadores, observadores e experts em Nova Museologia. Museologia Comunitária e Ecomuseologia testemunharam a experiência *in loco* juntamente com importantes teóricos da Museologia convencional da América Latina e Caribe. O Manifesto de Santa Cruz, ratificando as recomendações da Cumbre de Museos de las Americas - San José da Costa Rica / 1998 e a Agenda 21 pelo II EIE e a Declaração de Santa Cruz nascida das discussões do IX ICOFOM LAM são documentos que, cada um na sua esfera de preocupações, integram o desenvolvimento sustentável como meta e objeto de discussão.

O sucesso do Encontro provocou a reação de grupos políticos locais que não aceitavam a competência política das ações comunitárias e culturais. Apesar da integração articulada, envolvendo numerosos parceiros do NOPH e do Ecomuseu e incluindo, finalmente, o setor econômico, uma mudança imposta na administração do processo quebrou a harmonia bem sucedida, comprovada com a realização do evento.

Passado o impacto do primeiro momento, o Ecomuseu se reorganizou, mantendo a união de atores, dinamizadores e parceiros, estando o poder público, naquele momento, fora das articulações que recriavam o ecomuseu que não se demitia de sua vocação comunitária. Restou ao ecomuseu oficial, preso ao poder instituído e asfiziado entre as paredes do Centro Cultural de Santa Cruz, não apenas ceder ao controle arbitrário sobre suas ações, mas tornar-se não mais do que instrumento político oficial, sem a população, abortando todo o seu potencial como ecomuseu de desenvolvimento ou, em última análise, perdendo completamente suas características originais.

Os últimos acontecimentos reforçam o entendimento dos membros do ecomuseu atingido de que essas formas de musealização, saídas de iniciativas comunitárias (ecomuseus, museus território, museus de desenvolvimento, museus comunitários), se querem livres na sua interdependência na comunidade e por ela utilizadas e apontam sua fragilidade ante a intervenção do poder sem a busca de um consenso, de um diálogo com base no respeito mútuo. Mas sinalizam também sua capacidade de reorganização, pois sendo comunitários estão sempre vinculados às necessidades da população ou não serão mais ecomuseus nem museus comunitários e muito menos centros de desenvolvimento local.

O desenvolvimento de inúmeros projetos integrando o museu, o patrimônio e a escola responde pela vitalidade do processo. Após a trilogia **Santa Cruz Culturitiba** (1995), **Santa Cruz Cultura Ativa** (1997) e **Santa Cruz - Cultura Viva** (1998/1999), o NOPH e seus diversos parceiros desenvolvem, nos dois primeiros anos do milênio, o projeto **VIVA SANTA CRUZ VIVA!**, onde a integração se dará em torno da celebração dos 250 anos de dois patrimônios jesuíticos na região: a Sede da Fazenda de Santa Cruz, de 1751 e a Ponte dos Jesuítas, datada de 1752. Atesta desse modo sua resistência ao controle externo e faz do patrimônio sua linguagem entre os diferentes.

Acusada de celebrativa, a memória travestida de patrimônio é construída no cotidiano das gentes, e ainda que reúna a comunidade em torno de um banquete em que se sorve a cultura em suas mais diferentes manifestações, cria na interpretação das muitas faces dessa cultura viva o vínculo cada vez mais acentuado com o território e sobretudo prepara a população para uma guarda mais responsável pelo patrimônio.

* Educadora e museóloga
Vice-coordenadora de Estudos e Projetos do NOPH
Membro voluntário da equipe dinamizadora
do Ecomuseu de Santa Cruz e do Ecomuseu do
Quarteirão
Cultural do Matadouro